



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE - FACES

LETRAS

CÉSAR FELIPE ALVES DE OLIVEIRA

**O FENÔMENO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA:
Uma Análise Interpretativa do Livro Didático**

BRASÍLIA - DF
Novembro/2011

CÉSAR FELIPE ALVES DE OLIVEIRA

**O FENÔMENO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA:
Uma Análise Interpretativa do Livro Didático**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES - do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB -, tendo como orientadora a professora MSc Luciane Cristina Eneas Lira.

BRASÍLIA - DF
Novembro/2011

CÉSAR FELIPE ALVES DE OLIVEIRA

O FENÔMENO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA:

Uma Análise Interpretativa do Livro Didático

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES - do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB -, tendo como orientadora a professora MSc Luciane Cristina Eneas Lira.

Aprovada em __/__/__.

BANCA EXAMINADORA

MSc Luciane Cristina Eneas Lira - UniCEUB

MSc Harrison da Rocha - UniCEUB

MSc Rosi Valéri Corrêa Araújo - UniCEUB

DEDICATÓRIA

Dedicar é fruto do reconhecimento da inevitável presença de pessoas fundamentais em sua vida, é uma forma de homenagear quem sempre o auxiliou em suas realizações. Sendo assim, dedico primeiramente aos meus pais, que estiveram presentes em todos os momentos da minha vida, constituindo a base de todas as minhas decisões e proporcionando minha felicidade. Dedico também ao meu irmão, que apesar de nossas discussões, é uma pessoa que sempre estará comigo em diversas etapas de minha vida e em quem posso confiar. Por último, dedico ao meu padrinho, que sempre me auxiliou na minha formação e se interessou em presenciar o meu sucesso.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma virtude daqueles que reconhecem a necessidade do outro para a realização de uma conquista. Sendo assim, agradeço a minha formação primeiramente a Deus, que sempre esta ao meu lado e permite de diversas formas que eu consiga tudo o que tenho. Agradeço ao corpo docente desta instituição, que ao longo de minha jornada acadêmica, proporcionou-me saberes importantes, os quais utilizarei em toda a minha caminhada profissional. Em especial agradeço às professoras Cândida Guth e Ana Luiza, que sempre demonstraram um enorme prazer e comprometimento à arte de ensinar, e aos professores José Willemann que, com sua humildade e com seu enorme conhecimento de Língua Portuguesa, inspira-me a tornar um grande profissional, e Harrison da Rocha, que ministrou sempre bem-humorado uma grande parte das disciplinas do currículo. Agradeço a minha orientadora Luciane Lira, pela paciência e por estar disposta a atender nos momentos de dúvida, proporcionando a produção deste trabalho. Por último, e com muito carinho, agradeço à Barbara Edenir, ao Diego Borges e à Dayanna Bezerra, meus amigos que estiveram ao meu lado na universidade, ajudando-me e proporcionando significativos momentos de risadas.

“A única coisa que temos de respeitar,
porque ela nos une, é a língua”

Franz Kafka

RESUMO

Se espera-se que o aluno obtenha o conhecimento sistemático eficaz de Língua Portuguesa, é preciso, primeiramente, apresentar-lhe a percepção da realidade prática linguística. A língua não é constituída apenas pelo o que está presente nos manuais que regem sua sistematização, a língua é viva e dinâmica. Constitui-se de diferentes modos de uso que se associam às identidades dos diversos grupos sociais, com o objetivo de favorecer sua real intenção, a comunicação. São esses diferentes modos denominados variedades linguísticas. Uma vez que o livro didático é o instrumento de estudo de contato direto com o aluno, é preciso que exponha o fenômeno da variação linguística e permita que o professor medie discussões e reflexões sobre o que, de fato, é a Língua Portuguesa, desconstruindo o pensamento preconceituoso e tradicionalista de que a Língua Portuguesa é somente o que está presente na gramática.

Palavras-chave: Ensino. Professor. Língua Portuguesa. Variação linguística. Livro didático.

ABSTRACT

If it's expected that the student gain systematic effective Portuguese knowledge, it is necessary, first, introduce him to the perception of reality linguistic practice. The language is not constituted only by what is present in the manuals that rule its systematization, the language is alive and dynamic. It consists of different ways of use that are associated with the identity of various social groups, with the goal of enhancing their real intention, communication. These different ways are called language varieties. As the textbook is the tool of study of direct contact with the student, it must expose the event of linguistic variation and allow the teacher mediates discussions and reflections about what, in fact, is the Portuguese language, deconstructing the prejudiced and traditionalist view that the Portuguese language is only that one present in the grammar.

Keywords: Teaching. Teacher. Portuguese language. Linguistic variation. Didactic book.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

F AE	Fundação de Assistência ao Estudante
LD	Livro Didático
LDP	Livro Didático de Português
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MP	Manual do Professor
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCN/EF	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental
PCN/EM	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O FENÔMENO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	12
3. A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUES	23
4. METODOLOGIA	27
4.1 PROPOSTA DE ANÁLISE	28
5. ANÁLISE DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO LIVRO DIDÁTICO	30
5.1 <i>PORTUGUÊS: LINGUAGENS</i>	31
5.2 <i>PORTUGUES: LEITURA, PRODUÇÃO E GRAMÁTICA</i>	38
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	44

1. INTRODUÇÃO

A disciplina Língua Portuguesa pertence ao currículo escolar do aluno durante todo o processo de formação da educação básica, fundamental e média. É esperado, assim, que o aluno deixe o ambiente escolar com uma competência linguística capaz de inseri-lo em diversos contextos, inclusive nos que seja indispensável o monitoramento linguístico, de modo a ser necessário o emprego da norma-padrão. Almeja-se um aluno que aplique os conteúdos linguísticos aprendidos na escola com total segurança. Entretanto, a realidade foge às expectativas.

As propostas de ensino de língua dos PCN, os critérios avaliativos da inserção do LDP no PNLD e muitos estudiosos de Língua Portuguesa, propõem práticas de ensino que facilitariam e ampliariam o conhecimento linguístico do aluno. Mas ainda se encontra um ensino tradicional ineficiente, vinculado à exposição de conceitos e nomenclaturas. A língua não é somente a sistematização presente na gramática. A riqueza da língua está em sua capacidade de se transformar, de funcionar como veículo de comunicação de pessoas com identidades sociais completamente diferentes. Assim, existe uma Língua Portuguesa, mas diversas formas de aplicá-la, o que constituem as chamadas variedades linguísticas, que serão discutidas no capítulo I do presente trabalho.

Assim, é amplamente necessário que se avalie de que forma o caráter dinâmico comunicativo da língua se apresenta no contexto de sala de aula, visto que um ensino voltado à percepção do aluno ao fenômeno da variação linguística, desconstruiria a visão de língua estagnada no tempo, pois o fenômeno da variação é inerente a toda língua.

Como elemento fundamental do contexto de sala de aula, escolheu-se analisar então o LDP, pois é sabido que norteia o conteúdo programático e a metodologia docente. Uma vez que o livro didático infira discussões acerca da realidade linguística social, de modo a fazer o professor reconhecer a variedade de seu aluno, é possível a reversão do ensino tradicionalista improdutivo. Pretende-se então *uma análise do*

fenômeno da variação linguística no ensino de Língua Portuguesa tendo como instrumento de observação o LDP.

Assim, o foco de análise se centrará na pesquisa bibliográfica, procurar-se-á perceber, fundamentando-se em teorias presentes em livros e nos PCN, se o LDP chega ao ambiente escolar com uma abordagem satisfatória acerca da variação linguística. A avaliação será embasada em uma análise interpretativista de textos e questões presentes no LDP acerca do assunto. Foram elaborados quatro critérios que nortearão a interpretação, criados a partir das propostas dos PCN e do PNLD contidas no capítulo II, *A Variação Linguística no Livro Didático de Português*. Segue elencados os critérios no capítulo III.

Decidiu-se, então, dividir este trabalho em quatro capítulos assim organizados: O primeiro capítulo trará diversas discussões acerca do fenômeno da variação linguística e suas implicações sociais. O segundo capítulo destacará a importância do LDP na formação do aluno e os critérios de seleção acerca da variação linguística para a inserção no PNLD. O terceiro capítulo explicará, detalhadamente, como será realizada a análise dos LDP escolhidos, ambos pertencentes ao contexto social do DF, são eles *Português: Linguagens*, Willian Cereja & Cochar Magalhães, e *Português: Leitura, Produção e Gramática*, Sarmiento. O quarto capítulo apresentará a análise crítica interpretativista dos livros didáticos.

Capítulo I

2. O FENÔMENO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Restringir a caracterização da linguagem como instrumento humano de comunicação é não reconhecer sua grandiosa significação para a construção da sociedade. Chomsky (1957) caracterizou a linguagem como capacidade cognitiva exclusiva da espécie humana. Saussure (1969) classificou-a como “heteróclita e multifacetada”, isto é, perpassa por diferentes domínios de conhecimento individual e social. Pode-se afirmar ser a linguagem um artifício essencial à interação interpessoal, construidora da relação de sociedade em que se vive. Melhor forma de ação sobre o outro e sobre o mundo, é o instrumento de exteriorização de pensamentos e conhecimentos pelo qual o homem influencia, e também é influenciado. Sendo assim, linguagem e sociedade estão amplamente vinculadas entre si. Acerca do poder da linguagem, comenta Petter (2007):

O fascínio que a linguagem sempre exerceu sobre o homem vem desse poder que permite não só nomear/criar/transformar o universo real, mas também possibilita trocar experiências, falar sobre o que existiu, poderá vir a existir, e até mesmo imaginar o que não precisa nem pode existir. A linguagem verbal é, então, a matéria do pensamento e o veículo da comunicação social. Assim como **não há sociedade sem linguagem**, não há sociedade sem comunicação. (PETTER, 2007, P. 11. grifo meu).

Há uma parte fundamental do funcionamento da linguagem, a língua. Conceitua Saussure (1969, p. 17) a língua como “um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”. Percebe-se, portanto, ser a língua uma sistematização de signos restrita de um povo. Como instrumento de uso social, é integrado à língua as diversas características formadoras de identidades sociais. Interagindo-se verbalmente, a utilização da língua é feita por pessoas com diferentes características em diferentes contextos e conforme diferentes necessidades. Há,

portanto, fatores internos, próprios do indivíduo, e sociais atuantes no uso da língua. Como declara Possenti (1996), “as línguas fornecem meios também para a identificação social. Por isso, é frequentemente estranho, quando não ridículo, um velho falar como uma criança”. Portanto, a língua não é um sistema homogêneo, possui variações que a tornam mais expressiva, mais dinâmica e viva. Acerca do caráter heterogêneo da Língua Portuguesa tem-se nos PCN/EF (2005):

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. [...] A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre “o que se deve e o que não se deve falar e escrever”, não se sustenta na análise empírica de usos da língua. (PCN/EF, 2005, p.29).

A variação linguística é atuante no processo de adequação contextual do falante. O usuário da língua é capaz, ainda que de modo imperceptível, de inserir-se linguisticamente em diferentes contextos. A competência linguística do falante é constituída pelo conhecimento de língua que o leva a garantir a comunicação efetiva em diferentes práticas. Assim, espera-se de um conhecedor de diferentes variedades linguísticas, a competente para monitorar-se e interagir em diferentes situações de usos da língua. Laplane (2004) explana a habilidade de monitoramento linguístico dos falantes:

Quando faz uso da língua, o falante não só aplica as regras para obter sentenças bem formadas, mas também faz uso de normas de adequação definidas em sua cultura. São essas normas que lhe dizem quando e como monitorar seu estilo. Em situações que exijam mais formalidade, porque está diante de um interlocutor desconhecido ou que mereça grande consideração, ou porque o assunto exige um tratamento formal, o falante vai selecionar um estilo mais monitorado; em situações de descontração, em que seus interlocutores sejam pessoas que ele ama e em que confia, o falante vai sentir-se desobrigado de proceder a uma vigilante monitoração e poder usar estilos mais coloquiais. (LAPLANE, 2004, p. 112):

Conclui-se que a língua possui vivacidade e dinamicidade, entretanto, há um equívoco circundante nos diferentes meios sociais, e preocupante na escola, causado pela supervalorização indevida da norma-padrão, que constitui apenas uma variante mais prestigiada da língua. Atribui-se à gramática normativa, detentora da sistematização que norteia o uso da norma-padrão, a “homogeneidade” da Língua Portuguesa. De fato, a norma-padrão domina determinados contextos, tendo significativo valor nos processos comunicativos, mas, não é o todo constituinte da língua. Acerca da confusão gerada entre gramática normativa e língua, Bagno (2009, p. 19) comenta que “Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua.”.

A gramática normativa surgiu ainda na antiguidade clássica, da necessidade de preservar e decodificar padrões literários clássicos, uma sistematização arcaica. Houve uma inversão da realidade histórica. Bagno (2009) afirma ser a gramática normativa subordinada à língua, criada para registrar manifestações linguísticas usadas espontaneamente, não um modelo a ser seguido para fazer uso da língua, de modo que “o que não está na gramática normativa ‘não é português’”. Impor um sistema homogêneo é desvincular-se da realidade linguística e da natureza da língua, que é um processo de constante evolução. Acerca da vivacidade e da dinamicidade da língua, em contrapartida ao tradicionalismo da gramática, Bagno (2009) faz uma analogia interessante:

Na Amazônia, igapó é um trecho de mata inundada, uma grande poça de água estagnada às margens de um rio, sobretudo depois da cheia. Me parece uma boa imagem para a gramática normativa. Enquanto a língua é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua. Enquanto a água do rio/língua, por estar em movimento, se renova incessantemente, a água do igapó/gramática normativa envelhece e só se renovará quando vier a próxima cheia. (BAGNO, 2009, p. 20)

Como elemento participante da construção das relações sociais, são inseridas à língua as relações de poder e desigualdade. A busca da “homogeneização” da Língua Portuguesa, vem do prestígio da norma-padrão em detrimento às outras variedades. Há

a tentativa de determinação do uso da língua pelos grupos dominantes. O valor do dialeto é vinculado ao valor atribuído pela sociedade ao seu usuário, como afirma Possenti (1996, p. 28): “quanto menos valor (isto é, prestígio) têm os falantes na escala social, menos valor tem o dialeto que falam”. A respeito da relação de poder e língua, declara Possenti (1985):

[...] aquilo que se chama vulgarmente de linguagem correta não passa de uma variedade de língua que, em determinado momento da história, por ser utilizada pelos cidadãos mais influentes da região mais influente do país, foi a escolhida para servir de expressão do poder, da cultura deste grupo, transformada em única expressão da única cultura. Seu domínio passou a ser necessário para ter acesso ao poder. (POSSENTI, 1985, p. 34.)

O vínculo estabelecido socialmente entre poder e língua inseriu um preconceito costumeiramente difundido: o preconceito linguístico. Nega-se a característica alternativa de uso da língua para obtenção efetiva da comunicação e inserem-se padrões fundamentados em mitos difundidos por veículos de comunicação, os quais são perpassados na sociedade. Como todo preconceito, a língua atualmente tornou-se um instrumento criterioso de avaliação pessoal e, conseqüentemente, da discriminação. Scherre (2005) retrata o poder de dominação que a língua é capaz de exercer por meio do preconceito linguístico:

Confundir a forma de falar com competência ou com inteligência significa ver a língua apenas como instrumento de poder e de dominação, e não como um poderoso instrumento de comunicação.

[...] a língua de qualquer povo é um instrumento extremamente poderoso porque se presta a múltiplas funções: transmitir mensagens objetivas, organizar o pensamento, expressar os desejos e as emoções. Convencer os outros, estabelecer contatos à primeira vista, refletir sobre ela própria, criar novos significados através de significados antigos, e até mudar o estado de coisas, ou seja, até “realizar atos”.

Mas esse poderoso instrumento também pode servir a instintos nada nobres: **pode servir para oprimir, para discriminar, para enganar, para mentir e até, (infelizmente), para alijar o ser humano do meio produtivo.** (SCHERRE, 2005, p. 77. grifo meu)

A base fundamentadora dos mitos do preconceito linguístico é a visão incoerente entre Língua Portuguesa e realidade linguística. Preocupante perceber que a ideologia

dos mitos está se vinculando à nossa cultura e sendo reproduzida por intelectuais “conhecedores” da Língua Portuguesa. Em seu último estudo do povo brasileiro, Ribeiro (1995, apud BAGNO, 2009, p. 27) escreve que “[...] os brasileiros são, hoje, um dos povos mais homogêneos linguística e culturalmente e também um dos mais integrados socialmente na Terra. Falam uma mesma língua, sem dialetos”. A visão uniforme da Língua Portuguesa é a abertura para a inserção dos outros mitos linguísticos que circundam a sociedade. Os veículos de comunicação são amplamente significativos na construção do preconceito. É engano pensar que o preconceito linguístico restringe-se a mitos que envolvem somente a Língua Portuguesa falada no Brasil. Difundiu-se a ideia preconceituosa de que o brasileiro não sabe português, e sim, em Portugal que se fala corretamente o português. O mito reflete uma ideologia há muito tempo impregnada à nossa cultura. A equivocada ideia é um retrocesso à prática determinista oriunda no século XIX, a qual a pureza do povo era subsídio para a caracterização da nação. Portugal apresentava uma raça “pura” e dominante, enquanto o Brasil era formado da miscigenação da raça negra e indígena, “inferiores” aos olhares da sociedade do século XIX. A prática preconceituosa refletiu na caracterização língua, como exemplifica Bagno (2009, p. 37) ao dizer: “uma raça que não é ‘pura’ não poderia falar uma língua ‘pura’. Não é difícil encontrar intelectuais renomados que lamentem a ‘corrupção’ do português falado no Brasil, língua de ‘matutos’, de ‘caipiras infelizes’ [...]”.

Como veículo capaz de transmitir diferentes ideologias à grande parte da população, os jornais e revistas são instrumentos difíceis de serem combatidos em favor da erradicação do preconceito. Em 1995, *O Correio Braziliense* criou um espaço destinado a analisar criticamente o português falado e escrito por autoridades brasileiras. Reproduzindo o mito de que o brasileiro não sabe falar português, Stumpf (1995) escreve:

O Correio Braziliense passa a publicar, a partir de hoje, uma seção de crítica ao idioma português falado e escrito por autoridades brasileiras em discursos, entrevistas e documentos. A seção vai se chamar A última do português e não se deve ser entendida como uma alusão aos **nossos irmãos do além-mar, que falam o idioma melhor que os brasileiros**. [...] (STUMPF, 1995 apud BAGNO, 2009, p. 43. grifo do autor)

O português falado no Brasil possui as peculiaridades do linguajar dos colonizados. É um idioma destinado a esconder o pensamento e jamais revelar intenções. Faz sentido do ponto de vista político mas provoca monumentais desencontros na comunicação. (STUMPF, 1995 apud SCHERRE, 2005, p. 73. grifo meu)

Atribuir à Língua Portuguesa falada em Portugal a característica de modo correto de uso da língua, é enganar-se e pensá-la “homogênea”. Uma vez que reflete o contexto social, o fenômeno da variação linguística é inerente a toda língua. Em Portugal há diferenças dialéticas sociais. “Afirmar que ‘os portugueses’ falam melhor do que nós é imaginar uma sociedade portuguesa uniforme, indiferenciada, sem conflitos sociais. É muita ingenuidade!”, critica Bagno (2009). De fato, o português falado no Brasil apresenta grandes diferenças do português falado em Portugal. Às vezes, as diferenças entre essas variantes são tão grandes que, em muitos momentos, temos dificuldades de compreender tais variantes no que diz respeito ao vocabulário, às construções sintáticas e a pronúncia. Não se trata de atribuir valores às variantes, e sim entendê-las como produto da variação linguística, que não se delimita a uma nação. Acerca da ideia difundida sobre o diferente uso da Língua Portuguesa entre portugueses e brasileiros, Bagno (2009) defende:

Então, não há por que continuar difundindo essa idéia mais do que absurda de que o ‘brasileiro não sabe português’. O brasileiro sabe o *seu* português, o português do *Brasil*, que é a língua materna de que quase todos os que nascem e vivem aqui, enquanto os portugueses sabem o português *deles*. Nenhum dos dois é mais certo ou mais errado, mais feio ou mais bonito: são apenas *diferentes* um do outro e atendem às necessidades lingüísticas das comunidades que os usam, necessidades que também são... diferentes! (BAGNO, 2009, p. 49. grifo do autor)

É fundamental perceber o valor do processo comunicativo e interacionista da língua, bem como sua capacidade de variação, a fim de entender que não é correto atribuir valores preconceituosos aos diferentes usos da língua. Não há fundamentações científicas que comprovem que a língua de um país é melhor que a usada em outro, ainda que haja diferenças políticas e econômicas. O valor linguístico é próprio de cada língua, pois independentemente da sua origem, a língua é o instrumento mais valioso que uma sociedade de falantes tem pra se expressar. Não existe língua “rudimentar”,

“primitiva” ou “inferior”, cada variante tem seu valor para os indivíduos que a usam, pois oportuniza aos falantes condições de expressar o mundo físico e simbólico em que vivem. Crystal (1981) acerca do termo “língua primitiva” declara:

Só porque uma tribo é por acaso, em termos antropológicos, “primitiva”, não há razão para se argumentar que sua língua é lingüisticamente “primitiva”, pois nunca o é. A palavra “primitivo” implica estar próximo do principio de uma escala ou de um padrão de desenvolvimento de alguma espécie, e, conquanto tais padrões possam existir em antropologia comparada, não se demonstrou que eles existam em linguagem. (CRYSTAL, 1981, p.87)

É preciso que fique claro que o importante no ato comunicativo é a efetivação do dialogo, que permite a interação entre os falantes. Quanto à variedade empregada pelo falante, é apenas um meio que este dispõe para inserir-se verbalmente na sociedade. Reduzir a língua a apenas uma variante é tentar impor mudanças no fenômeno que é inerente a toda comunidade de falantes, a variação linguística. É muito mais valioso reconhecer as variantes do português, ou de qualquer outra língua, como uma riqueza de opções na construção do ato comunicativo. Alertar-se que dentre estas variantes, existe uma, a norma-padrão, que merece atenção especial, não porque seja superior às demais ou mais correta, mas pelo fato de essa ser a variante pré-requisito na conquista de determinados cargos e posições sociais. Atribui-se, assim, o importantíssimo papel do ensino de Língua Portuguesa na escola.

É indispensável que o ensino de Língua Portuguesa no ambiente escolar seja capaz de tornar o aluno um conhecedor da norma-padrão. Mas é inegável que deva apresentar a realidade linguística, e não fundamentar-se em mitos, ampliando o preconceito linguístico. O ensino de Língua Portuguesa deve permitir o contato do aluno com outras variantes, como declara os PCN (1998):

Para cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua padrão, a escola precisa livrar-se de vários mitos: o de que existe uma forma “correta” de falar, o de que a fala de uma região é melhor do que a de outras, o de que a fala “correta” é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é uma língua difícil, o de que é preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. (PCN/EF, 1998, p. 31)

Frente aos fenômenos da variação, não basta somente uma mudança de atitudes; a escola precisa cuidar para que não se reproduza em seu espaço a discriminação linguística. Desse modo, não pode tratar as variedades lingüísticas que mais se afastam dos padrões estabelecidos pela gramática tradicional e das formas diferentes daquelas que se fixaram na escrita como se fossem desvios ou incorreções. E não apenas por uma questão metodológica: é enorme a gama de variação e, em função dos usos e das mesclas constantes, não é tarefa simples dizer qual é a forma padrão (efetivamente, os padrões também são variados e dependem das situações de uso). Além disso, os padrões próprios da tradição escrita não são os mesmos que os padrões de uso oral, ainda que haja situações de fala orientadas pela escrita. (PCN/EF, 1998, p. 82)

Como proposto nos PCN, o ideal é mostrar a importância do uso da língua padrão, mas também, valorizar as diferenças linguísticas tomando-as como riqueza de um país que tem uma imensa diversidade cultural. Assim, o aluno será preparado para atuar linguisticamente em culturas diferentes da que está inserido. Nenhuma língua deve ser tomada como inferior ou superior, o que vale é a capacidade desenvolvida no indivíduo em se fazer compreender usando a sua variante, ou a que lhe convier.

O professor é o agente mediador do processo, e deve desvincular-se do ensino tradicionalista de nomenclaturas gramaticais. Bagno (2009) afirmara a necessidade do professor de língua assumir uma postura de “cientista” e “investigador”, tornando-se produtor do seu próprio conhecimento linguístico de teoria e prática, a fim de abandonar a repetição e reprodução de uma doutrina gramatical “contraditória” e “incoerente”. A missão do professor de língua materna é criar um cidadão capaz de inserir-se e comunicar em diferentes contextos, conforme Bechara (1986) atenta:

No fundo, a grande missão do professor de língua materna – no ensino de língua estrangeira o problema é outro – é transformar seu aluno poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-o escolher a língua funcional adequada a cada momento de criação [...] (BECHARA, 1986, p 08)

De fato, é fundamental fazer o aluno entender que existem práticas diferentes de uso da Língua e, mais importante, incluí-lo no ensino de Língua Portuguesa valorizando o conhecimento de língua trazido por si. “Por mais distante que a linguagem do aluno esteja da variedade padrão, ela é extremamente complexa, articulatória, longe de ser rudimentar e pobre” (POSSENTI, 1996, p. 83). É fundamental que desmistifique, assim,

a ideia que se tem de erro. A norma-padrão não é a forma “correta” de falar, ainda mais porque existem contextos os quais essa variedade será ineficiente para a comunicação. Porém é preciso alertar-se, como declara Bagno (2009):

Algumas pessoas me dizem que a eliminação da noção de erro dará a entender que, em temor de língua, vale tudo. Não é bem assim. Na verdade, em termos de língua, tudo vale alguma coisa, mas esse valor vai depender de uma série de fatores. Falar gíria vale? Claro que vale: no lugar certo, no contexto adequado, com as pessoas certas, e mesmo no lugar errado, no contexto errado e com as pessoas erradas, se a intenção do falante for precisamente se contrapor à ordem estabelecida, às normas sociais convencionais. E usar palavrão? A mesma coisa.

Usar a língua, tanto na modalidade oral como escrita, é encontrar o ponto de equilíbrio entre dois eixos: o da adequação e o da aceitabilidade. (BAGNO, 2009, p. 154)

Em meio a propostas eficientes de linguistas e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, ainda tem-se, em geral, um ensino de Língua Portuguesa tradicional e incoerente. Encontra-se no ambiente escolar um desnecessário vínculo a nomenclaturas gramaticais tradicionais. Espera-se dessa metodologia que o aluno aprenda a usar a norma-padrão por meio da apresentação de regras gramaticais. Conhecer a sistematização da norma-padrão não habilita o aluno a aplicá-la eficientemente. É plenamente possível alcançar a percepção de sentido do aluno de diferentes construções sintáticas sem que se diga que se trata de uma “oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo”, por exemplo. Entretanto, o conhecimento do conceito de uma “oração subordinada substantiva objetiva direta” não necessariamente fará com que o aluno saiba identificá-la e aplicá-la na fala e na escrita.

O desinteresse dos alunos ao aprendizado da disciplina Língua Portuguesa é contribuído por essa distorção metodológica. O conhecimento decorado de “Língua Portuguesa” fica restrito ao ambiente escolar, uma vez que o estudante não encontra a aplicabilidade social daquilo, o conhecimento gramatical obtido na escola tende a cair em descrédito. Soma-se a falta de conhecimento do aluno do fenômeno da variação linguística, que é fortemente presente a realidade social do aluno, fazendo-o afirmar que “a Língua Portuguesa é muito difícil” e “eu não sei falar português”.

É competência da escola a inserção dos indivíduos no ambiente letrado em que vivem, é a garantia de um direito de todo cidadão. De fato, mais significativo seria se as aulas de Língua Portuguesa fossem dedicadas à prática de leitura e escrita. Ler e escrever textos variados, os diversos tipos e gêneros que estão presentes na sociedade; aplicar a norma-padrão a sua funcionalidade textual, desfazendo-se da nomenclatura e da conceitualização de regras gramaticais. Somente após a garantia da maturidade do funcionamento oral e textual da norma-padrão, teorizar e estabelecer vínculos entre conceitos, formas, funções e conteúdos, a fim de atender as competências e as habilidades idealizadas pelos PCN (1996):

As competências e habilidades propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) permitem inferir que o ensino de Língua Portuguesa, hoje, busca desenvolver no aluno seu potencial crítico, sua percepção das múltiplas possibilidades de expressão linguística, sua capacitação como **leitor efetivo dos mais diversos textos representativos de nossa cultura**. Para além da memorização mecânica de regras gramaticais ou das características de determinado movimento literário, o aluno deve ter meios para ampliar e articular conhecimentos e competências que possam ser mobilizadas nas inúmeras situações de uso da língua com que se depara, na família, entre amigos, na escola, no mundo do trabalho. (PNC/EM, 1996, p.55. grifo meu)

Não é proposto aqui, fique claro, que sejam substituídos os conteúdos gramaticais por capítulos inteiros sobre variação linguística. Não se trata, também, de simplesmente expor de forma descontextualizada expressões e modos de falar próprios de ricos, pobres, jovens, nordestinos, etc. Busca-se criar condições para a reflexão do uso da Língua Portuguesa.

Considerar o capital linguístico trazido pelo aluno é ajudá-lo a refletir e reconhecer a importância da sua identidade linguística, a fim de que possa adquirir competência de análise de outras variações, incluindo a norma-padrão. Se não feito isso, a escola estará introduzindo o processo de ensino de Língua Portuguesa de modo equivocado. Deve-se lembrar que a aquisição das variantes empregadas pelo aluno ocorreu com a participação nos diferentes contextos vivenciados. Portanto, é necessário primeiramente que o exponha à norma-padrão com o uso de gêneros significativamente presentes na sociedade, a fim de proporcionar experiências

linguísticas na variedade padrão. Não há eficiência em tentar descrever a sistematização de uma variante não dominada usualmente pelo aluno.

Capítulo II

3 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS

O livro didático de português (LDP) é um instrumento de ensino com importante significação no ambiente escolar. Define, em muitos contextos de sala de aula, a sequência didático-pedagógica docente. É objeto norteador de metodologias e auxiliador da prática de estudo discente. O contato ao ensino de “língua” para alguns estudantes ocorre exclusivamente com o LDP, portanto, é inevitável uma atenção especial ao processo de avaliação e aquisição do material de ensino. A fim de atender as necessidades escolares, é importante que o LDP satisfaça ao projeto pedagógico da instituição.

Os PCN/EF (1998) ditam orientações didáticas ao trabalho de determinados conteúdos, tem-se correspondente à variação linguística. Devido ao “papel fundamental na formação da consciência linguística e no desenvolvimento da competência discursiva do aluno”, os PCN/EF (1998) elencam propostas de atividades que exploram intensamente à variação linguística:

- transcrição de textos orais, gravados em vídeo cassete, para permitir identificação dos recursos linguísticos próprios da fala;
- edição de textos orais para apresentação, em gênero da modalidade escrita, para permitir que o aluno possa perceber algumas das diferenças entre a fala e a escrita;
- análise da força expressiva da linguagem popular na comunicação cotidiana, na mídia e nas artes, analisando depoimentos, filmes, peças de teatro, novelas televisivas, música popular, romances e poemas;
- levantamento das marcas de variação linguística ligadas a gênero, gerações, grupos profissionais, classe social e área de conhecimento, por meio da comparação de textos que tratem de um mesmo assunto para públicos com características diferentes:
 - elaboração de textos procurando incorporar na redação traços da linguagem de grupos específicos;
 - estudo de textos em função da área de conhecimento, identificando jargões próprios da atividade em análise;
 - comparação de textos sobre o mesmo tema veiculados em diferentes publicações (por exemplo, uma matéria sobre meio

- ambiente para uma revista de divulgação científica e outra para o suplemento infantil);
- comparação entre textos sobre o mesmo tema, produzidos em épocas diferentes;
 - comparação de duas traduções de um mesmo texto original, analisando as escolhas estilísticas feitas pelos tradutores;
 - comparação entre um texto original e uma versão adaptada do mesmo texto, analisando as mudanças produzidas;
 - comparação de textos de um mesmo autor, produzido em condições diferentes (um artigo para uma revista acadêmica e outro para uma revista de vulgarização científica);
 - análise de fatos de variação presentes nos textos dos alunos;
 - análise e discussão de textos de publicidade ou de imprensa que veiculem qualquer tipo de preconceito linguístico;
 - análise comparativa entre registro da fala ou de escrita e os preceitos normativos estabelecidos pela gramática tradicional. (PCN/EF, 1998, p. 82).

Por ser amplamente significativo na construção de conhecimento do aluno, o contato com o LDP deve permitir discussões acerca de variação linguística e deve atentar-se a proporcionar um ambiente que instigue o professor à realização das orientações propostas pelos PCN. Portanto, é necessário que a escolha do LDP siga critérios avaliativos antes de inseridos no ambiente escolar.

Criou-se em 1985 o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), com competência a adquirir e distribuir livros didáticos às escolas públicas. A fim de garantir a qualidade, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) constituiu em 1993 uma comissão para definir critérios de avaliação dos LD. Em 1996, O Ministério da Educação e Cultura (MEC) subordinou a escolha dos livros didáticos participantes do PNLD à aprovação no *Guia do livro didático*. Contendo resenhas das coleções participantes do PNLD e critérios sistematizados de avaliação, o *Guia do livro didático* é entregue a professores e diretores, a fim de que avaliem e escolham a coleção didática a ser adotada.

O *Guia de Livros Didáticos* (2011) afirma, no capítulo introdutório, serem os livros escolhidos capazes de fornecer recursos necessários ao eficiente trabalho docente de Língua Portuguesa. São citadas três competências que um professor deve buscar no aluno conculinte do nível fundamental, objetivando a eficiência do ensino da língua. Segundo o PNLD (2010) os LDP escolhidos dão subsídio ao professor para que possa propiciar ao aluno “tanto uma reflexão sistemática quanto a construção progressiva de

conhecimentos sobre a língua e a linguagem” (PNLD, 2010, p. 10), é uma das competências citadas. O fenômeno da variação linguística é indissociável do processo de reflexão e do conhecimento de língua e de linguagem. Espera-se, portanto, critérios de análises do *Guia de Livros Didáticos* (2011) acerca da abordagem didática da variação linguística, a fim de garantir ao aluno:

- o desenvolvimento de atitudes, competências e habilidades envolvidas na **compreensão da variação linguística e no convívio democrático com a diversidade dialetal**, de forma a evitar o preconceito e valorizar as diferentes possibilidades de expressão linguística;
- a **práticas de análise e reflexão sobre a língua**, na medida em que se revelarem pertinentes, seja para a (re)construção dos sentidos de textos, seja para a compreensão do funcionamento da língua e da linguagem; (PNLD, 2010, p. 20 grifo do autor)

O roteiro de análise a ser utilizado pelo docente para a avaliação das coleções presentes no *Guia de Livros Didáticos* (2011) é dividido em critérios que abordam os trabalhos feitos com leitura, produção de textos, linguagem oral, conhecimentos linguísticos e a natureza do material textual. A respeito de variação linguística têm-se os seguintes critérios:

- Os gêneros discursivos são o mais diversos e variados possível, manifestando também diferentes registros, estilos e variedades (sociais e regionais) do Português. (PNLD, 2010, p. 40)
- As atividades exploram as diferenças e semelhanças que se estabelecem entre a linguagem oral e a escrita e entre as diversas variantes (registros, dialetos) que nelas se apresentam. (PNLD, 2010, p. 43)
- As atividades consideram e respeitam a diversidade regional e social da língua, situando as normas urbanas de prestígio nesse contexto linguístico. (PNLD, 2010, p. 44)

DIONISIO (2005) observou três formas diferentes que norteiam o estudo da variação linguística nos LDP. Há autores que restringem o conteúdo às primeiras unidades, ao apresentar as noções de Língua Portuguesa, geralmente incluídas aos assuntos “*comunicação e língua*”. Encontra-se, também, em seções destinadas a reflexões sobre a língua. Contudo, em geral, o estudo das variedades linguísticas está vinculado a questões referentes a análises textuais. Ligadas ao gênero, há dois tipos de

atividades costumeiramente propostas: “(i) identificação de expressões da língua não-padrão e/ou da classe social a que pertencem os personagens que falam no texto e (ii) reescritura de expressões ou de fragmentos textuais.” (DIONISIO, 2005, p. 79). A formação de conceitos ocorre mediante questionamentos acerca de textos *com* ou *sobre* variação linguística.

É preciso ter cuidado ao ensinar variação linguística. Mencionar a existência ou pedir a classificação do grupo falante de determinadas variedades, não é sinônimo de respeitá-las. Lembre-se que se mal-entendido, a variação constitui um forte elemento a favor do preconceito social. É inevitável que os LDP tenham um amplo cuidado a isso, uma vez que são referências diretas a estudantes.

Capítulo III

Um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia. Investiga determinado assunto não só em profundidade, mas também em todos os seus ângulos e aspectos, dependendo dos fins a que se destina. (MARKONI; LAKATOS, 2005, p. 237)

4. METODOLOGIA

Assim conceitua-se o trabalho científico denominado monografia por Marconi; Lakatos (2005). Origina-se do método monográfico criado por Le Play, que se pôs a estudar famílias operárias europeias partindo do princípio que qualquer caso estudado com profundidade pode ser considerado representativo de outros, ou, de todos os casos semelhantes. A monografia é, portanto, um tratado especial de uma determinada parte de uma ciência, ou de escritos que tratam de um ponto da ciência, que analisa uma unidade ou elemento social sob circunstância de torná-lo suficientemente representativo de um todo. Deve ser capaz de refletir acerca de incidências ou fenômenos de caráter social.

Amplamente vinculado à sociedade, escolheu-se, assim, o trato do aspecto da variação linguística, que terá a análise teórica fundamentada na ciência denominada Linguística. Embasando-se na afirmação de Sellitz (1965): “Um estudo também pode ser sugerido por alguma vantagem prática ou interesse científico ou intelectual em benefício dos conhecimentos sobre certa situação particular”, A unidade de análise será o LDP, visto que será instrumento participante do exercício do magistério. Tomar-se-ão dois materiais como elemento representativo do todo.

No momento de coleta de dados para a realização da pesquisa, há duas classificações quando ao tipo de documento a ser utilizado. A documentação direta constitui-se do levantamento de dados no próprio local dos acontecimentos do fenômeno, é caracterizada pelo uso da pesquisa de campo ou da pesquisa laboratorial.

A documentação indireta é “o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas [...] constitui-se de uma fase de pesquisa realizada com o objetivo de recolher informações prévias sobre o campo de interesse” (MARCONI; LAKATOS, 2005, p. 176). Assim, dentre os diversos materiais de análise possíveis, serão analisados livros, constituindo uma pesquisa fundamentalmente bibliográfica.

4.1 PROPOSTA DE ANÁLISE

Não há dúvidas de que a reflexão do poder comunicativo das variantes linguísticas é indissociável do conhecimento eficaz de Língua Portuguesa. Percebeu-se a importância no capítulo I, do LDP na construção da formação do aluno. Sabe-se que o ensino de Língua Portuguesa ainda não atende às competências previstas nos PCN, incluindo a percepção sobre variação linguística. Assim, pretende-se perceber *quando e como* são abordados aspectos referentes ao conteúdo no LDP, de forma a verificar se é suficientemente eficiente, ou não. Será realizada uma pesquisa bibliográfica e os instrumentos de análise são dois LDP pertencentes a duas coleções adotadas no sistema de ensino da rede pública do Distrito Federal.

Haverá uma análise interpretativa de textos, objetivando obter conclusões dos instrumentos observados. As atividades propostas dos PCN/EF (1998) ao estudo de variação linguística e os critérios de participação do LDP no PNLD de 2011, deram o embasamento para a criação de quatro categorias de análise elencadas abaixo. O livro didático:

I - instiga a análise da força expressiva da linguagem popular na comunicação cotidiana, presente em diversos gêneros circundantes da contemporaneidade;

II - habilita o aluno à percepção da diferença entre os registros da fala e da escrita, utilizando métodos comparativos, e associando aos preceitos normativos da gramática;

III - apresenta gêneros com diversidades discursivas manifestando diferentes variedades, de modo a permitir que sejam traçadas semelhanças e diferenças entre variantes, e a comparação entre públicos a quem se destinam;

IV - permite discussões acerca de textos publicitários e de imprensa que veiculem o preconceito linguístico.

O foco de análise se fundamentará nas categorias. Pretende-se avaliar a presença e qualidade da abordagem do LDP sobre variação linguística. Será analisado todo o material que constitui um gênero textual, que implique reflexões acerca de variantes linguísticas. A investigação exige interpretações que fornecem subsídios à conclusão, tem-se o método qualitativo de análise.

É indispensável que haja no Ensino Fundamental reflexões acerca da Língua Portuguesa e de seu uso, pois é preciso que os alunos cheguem ao ensino médio com maturidade linguística para estudar a sistematização da norma-padrão como é aplicada. Procurando verificar se a transação de nível ocorre com o conhecimento *real* de língua, foram escolhidos para a análise dois LDP da última série do ensino fundamental. O primeiro, adotado em muitas escolas do Distrito Federal, é da coleção *Português: Linguagens*, de Cereja e Magalhães. O segundo é *Português: leitura, produção e gramática*, da Sarmiento.

Capítulo IV

5. ANÁLISE DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO LIVRO DIDÁTICO

Verificar-se-ão quando e como discussões acerca da variação linguísticas estão presentes nos livros didáticos selecionados. Fundamentando-se na observação de DIONISIO (2005), presente no capítulo II, saber-se-á de que forma o LDP organiza o conteúdo: em capítulos introdutórios, associados ao conteúdo *comunicação e língua*; em seções destinadas à reflexão da língua; ou em questionários, em análises interpretativas de textos. Haverá uma análise dos gêneros selecionados, de forma a perceber se são gêneros *sobre* ou *com* variação linguística. Será feito um levantamento crítico das abordagens feitas pelo livro didático. Pontos positivos e negativos serão ressaltados.

A análise se fundamentará nas quatro questões elaboradas conforme exigências dos PCN (1998) e do PNL D (2011), elencadas no capítulo III: instiga a análise da força expressiva da linguagem popular na comunicação cotidiana, presente em diversos gêneros circundantes da contemporaneidade; habilita o aluno à percepção da diferença entre os registros da fala e da escrita, utilizando métodos comparativos, e associando aos preceitos normativos da gramática; apresenta gêneros com diversidades discursivas manifestando diferentes variedades, de modo a permitir que sejam traçadas semelhanças e diferenças entre variantes, e a comparação entre públicos a quem se destinam; e permite discussões acerca de textos publicitários e de imprensa que veiculem o preconceito linguístico. A análise buscará perceber se são atendidas as exigências e expectativas propostas para um bom LDP. Os livros analisados fazem parte do contexto escolar de 9º ano do Distrito Federal, são respectivamente: *Português: Linguagens*, de Cereja e Magalhães, e *Português: leitura, produção e gramática*, da Sarmiento.

5.1 PORTUGUÊS: LINGUAGENS

Há uma variedade de gêneros e uma sequência temática que seriam capazes de proporcionar uma significativa associação ao fenômeno da variação linguística. Se proposta no LD, permitiriam debates e reflexões auxiliares do entendimento do fenômeno. A eficiência da reflexão sobre determinadas variantes é maior quando vinculada à análise interpretativa de textos. Encontrou-se, entretanto, uma abordagem mais detalhada sobre variação linguística em apenas três momentos dispersos. Poucas vezes foram alcançados debates e reflexões com competência a proporcionar ao aluno uma abertura das noções de língua, de forma a perceber sua vivacidade e dinamicidade. Houve propostas de atividades que demonstraram ser uma introdução a reflexões pertinentes ao conhecimento de variação linguística, mas as sequências não tiveram continuidade. Uma abordagem contextual do estudo de variação linguística ocorreu em uma seção destinada à aplicabilidade do conteúdo gramatical do capítulo à construção do texto:

A colocação pronominal NA CONSTRUÇÃO DO TEXTO

Leia esta tira, de Jean Galvão:



1. Quando interagimos por meio da linguagem, levamos em conta vários aspectos, como o **contexto**, o interlocutor, a imagem que queremos transmitir, etc.
 - a) Na tira que tipo de variedade linguística o rapaz utiliza para se comunicar? Ela foi empregada de modo formal ou informal?

- b) Portanto, que imagem ele deve fazer da jovem quanto ao uso da linguagem?
- c) O comentário dela no último quadrinho confirma ou nega sua resposta anterior?
2. No último quadrinho, a garota demonstra estar descontente com o uso que seu interlocutor faz dos pronomes.
- a) Levante hipóteses: O que pode ter desagradado à moça na fala do rapaz?
- b) Que correção você faria para a fala do rapaz soar mais agradável ou ficar de acordo com a variedade padrão? Como você justifica essa correção?
3. Observe que, nas três circunstâncias, o rapaz empregou o pronome oblíquo numa posição enclítica, ou seja, depois do verbo.
- a) Essa opção é a mais comum entre nós, brasileiros?
- b) O desvio da variedade padrão na fala do rapaz pode ter explicação tanto na própria fala dele quanto na imagem que ele pretende transmitir. Quais são essas explicações?
4. Dependendo do perfil sociocultural dos interlocutores, o uso da língua pode provocar preconceitos, seja porque se usa a variedade padrão, seja porque se usa uma variedade não padrão.
- a) Na sua opinião a tira em estudo é um exemplo de como o uso da língua também pode distanciar as pessoas e gerar preconceitos? Por quê?
- b) E você? Prefere que seus amigos, namorado ou namorada usem a variedade padrão ou uma variedade não padrão? Por quê?

(CEREJA; MAGALHÃES, 2006, p. 264 grifo meu)

Embora seja, também, competência do mediador inserir discussões sobre a adequação de uso da língua a contextos distintos, o enfoque do livro didático acerca dessa discussão poderia ser maior. Na descrição da atividade, o livro cita a importância do contexto para a interação, mas não propõe nenhuma atividade que compare o uso norma-padrão ao da variante não padrão. A expressão da personagem confirma a inadequação linguística. É preciso atentar-se à construção feita no exercício dois, pois, na fala específica do último quadrinho, a adequação à norma-padrão só soará mais agradável devido ao fato de o brasileiro não usar cotidianamente a ênclise. A estrutura, mal-construída, pode inferir o entendimento do aluno que a aplicação da norma-padrão sempre soa mais agradável, quando na verdade, em determinados contextos não é aceita devido à estranheza sonora. A primeira alternativa do exercício três encontra-se limitada. Interessante seria se a questão estimulasse diversas discussões acerca do uso proclítico dos brasileiros. Acerca da abordagem do preconceito linguístico na última

atividade, é fundamental que o professor medie a discussão, a fim de garantir ao aluno o entendimento da proposta e não favorecer a ampliação do preconceito.

O objetivo das atividades interpretativas da tira de Jean Galvão é expor ao aluno a variação linguística contextual. Há em outros espaços do LD a abordagem acerca da variação linguística regional. Novamente presente na seção destinada ao trabalho gramatical na construção do texto, encontra-se a interpretação do seguinte anúncio que faz referência ao modo de falar paulista:

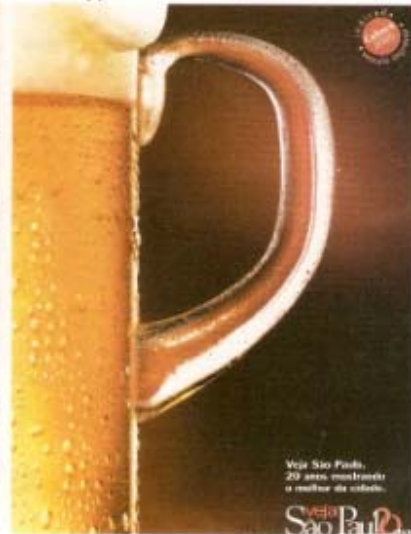
A concordância NA CONSTRUÇÃO DO TEXTO

Leia este anúncio:

Três pastel.



Um chopps.



1. O anúncio tem a finalidade de divulgar a comemoração dos vinte anos de *Veja São Paulo*, revista regional que acompanha a *Veja*, de circulação nacional. Como *Veja São Paulo*, a revista *Veja* tem outras publicações direcionadas a capitais brasileiras. Essas revistas regionais tratam de assuntos locais, além de apresentar a programação cultural e as opções gastronômicas das cidades. No anúncio, para sugerir a cidade de São Paulo, foram selecionados dois elementos bastante característicos da cidade.

a) Quais são eles?

b) Portanto, a escolha da revista recaiu sobre qual dos conteúdos que ela normalmente apresenta: assuntos locais, programação cultural ou opções gastronômicas?

2. Na parte superior do anúncio há estes dois enunciados: “Três pastel” e “Um chopps”. Tradicionalmente, a frase “Três pastel e um chopps” é motivo de brincadeira entre os próprios paulistanos quando querem se referir ao modo como falam.

- a) Essa frase está de acordo com a variedade padrão? Por quê?
- b) Caso não esteja, como esse enunciado ficaria nessa variedade?

3. Os leitores da revista *Veja São Paulo*, na qual foi publicado o anúncio, são em geral pessoas com certo grau de escolaridade. Logo, é provável que tenham consciência de que os enunciados “Três pastel” e “Um chopps” não estejam de acordo com a variedade padrão. Levante hipóteses:

- a) Por que então o anúncio faz uso de outra variedade linguística?
- b) Que efeito o uso de uma variedade não padrão provoca entre os leitores?

[...]

(CEREJA; MAGALHÃES, 2006, p. 181)

O emprego do tipo concordância do anúncio, desconforme à norma-padrão, é característica muito marcante do contexto informal de comunicação. Percebe-se na oralidade, uma parcela grande da população que determina o plural flexionando somente o primeiro elemento da sentença. Um exemplo divulgado por Ramos (2011) na cartilha do MEC intitulada *Por uma vida melhor*, gerou discussões polêmicas acerca do ensino de Língua Portuguesa. Ao expor a realidade das construções organizadas na fala de muitos brasileiros, utilizou o exemplo: “Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado” (RAMOS, 2011, p. 15). Em seguida afirma que “O fato de haver a palavra os (plural) indica que se trata de mais de um livro. Na variedade popular, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente” (RAMOS, 2011, p.15). A declaração da autora, geradas diversas críticas da mídia, proporcionou um espaço interessante de discussão sobre variedades linguísticas, envolvendo linguístas. O objetivo da autora era alertar que as regras gramaticais não delimitam o uso da língua em todos os contextos, inserindo a ideia de adequação linguística contextual. O episódio envolvendo a cartilha do MEC foi lembrado para perceber o quanto seria importante que as atividades de interpretação do anúncio da revista *Veja São Paulo* ampliassem a reflexão da construção “*Três pastel*”.

É a oralidade que fundamenta a criação de estruturas como as referidas no anúncio. A dificuldade de articulação da língua para se falar “Uns chopps” é elemento favorável à construção da expressão “*Um chopps*”. Entretanto, não é possível perceber

no exercício nenhuma atividade referente à oralidade. Significativos os dois últimos questionamentos da análise interpretativa do texto. As variantes linguísticas também se constituem da intenção de seu usuário. Ao se questionar o porquê e o efeito do uso da variação, o aluno é instigado a refletir sobre o poder do fenômeno da variação linguística.

Associada à *Juventude*, temática da unidade, a variação linguística de diferentes faixas etárias apresenta-se no LD. Novamente em análise interpretativa de gênero, ocorre na seção denominada “*A linguagem do texto*”. Referindo-se ao texto “*Ser jovem*” e suas implicações, tem-se a sequência de atividades:

1. O autor emprega algumas palavras e expressões próprias da língua coloquial, tais como “ele está na sua” (3º parágrafo), “curtir o ônibus” (5º parágrafo), “curtir trem” (7º parágrafo).
 - a) Qual é o sentido dessas expressões no contexto?
 - b) Considerando o tema do texto, o emprego dessas palavras e expressões é adequado? Por quê?
2. No trecho “[Ser jovem] É bater papo com a baiana”, caso o autor e empregasse a expressão **conversar**, em vez de **bater papo**, o sentido seria o mesmo? Justifique sua resposta.
3. No trecho “É gostar até de talco”, o autor deixa transparecer sua avaliação a respeito de talco.
 - a) Que palavra é responsável por isso?
 - b) Qual é a avaliação do autor sobre o talco, justifique sua resposta.

[...]

(CEREJA; MAGALHÃES, 2006, p. 142. grifo do autor)

Foi uma análise interpretativa curta, porém eficiente. Se bem mediadas pelo professor, as atividades são capazes de gerar discussões interessantes, de um universo linguístico próximo dos alunos. Uma vez que a variante do texto é de pleno entendimento do aluno, a abordagem carece de uma proposta prática. Interessante se houvesse uma atividade objetivando valorizar o conhecimento da aplicação dessa variante pelo jovem estudante.

Encontram-se exemplos que contribuem de forma negativa na análise do LDP, questões isoladas sobre variação linguística, descontextualizadas e sem finalidade específica. Foram utilizadas como pretexto para ditar a classificação da linguagem de um gênero textual ou propor reescritas. Não há uma reflexão de *por quem, pra quem e*

por que houve o uso da norma-padrão do texto. Não instigam, também, o aluno a observar que mesmo dentro da variedade padrão existem variações. Foram destacados dois exemplos desse tipo de atividade:

9. Observe a linguagem empregada na reportagem em estudo.

- a) Indique, entre os itens a seguir, aquele em que ela é caracterizada de maneira apropriada.
- Subjetiva e com o emprego de palavras de uso não corrente na língua.
 - Clara, objetiva, direta, tendendo à impessoalidade e, embora deixe evidentes certas opiniões do jornalista, acessível à maioria dos leitores.
 - Coloquial e com o emprego de gírias.
- b) Que variedade linguística é utilizada?
- c) Nas formas verbais, que tempo predomina? E que pessoa?

(CEREJA; MAGALHÃES, 2006, p. 22)

6. Observe a linguagem do texto.

- a) Que variedade linguística é adotada no texto?
- b) Que pessoa gramatical precomina no texto?
- c) Além da pessoa gramatical, expressões como “O carne da proposta”, “Não há dúvida de que”, “Um plano para enfrentar o problema”, “A experiência tem demonstrado”, “A Prefeitura nada teria a perder” revelam um esforço do autor para tornar o texto pessoal ou impessoal? Justifique sua resposta.

(CEREJA; MAGALHÃES, 2006, p. 63)

Em alguns momentos do livro didático foram perdidos espaços em que uma abordagem, bem feita, acerca de variação linguística se tornaria eficiente. Ao incluir aos gêneros componentes da unidade II um trecho da música “*Inútil*”, por exemplo, foi explanado uma das construções mais presentes na oralidade de grupos populares brasileiros. O texto e suas respectivas perguntas de análise interpretativa encontram-se nos exercícios de figuras de sintaxe. Mais do que um “erro” de concordância para a norma-padrão, a construção reflete um processo mental semântico do usuário: “bem, se ‘a gente’ sou eu e mais pessoas, logo, a ‘gente somos’”. Portanto, advém da tentativa de acerto do falante. Questões propondo uma análise dessa construção associada à concordância verbal auxiliariam na mudança da noção de *erro*. Uma vez que os alunos

percebessem que embora não esteja conforme a norma-padrão, tem-se uma explicação para o fenômeno, diminuiriam o olhar preconceituoso gerado pelo uso de construções condenadas pela norma-padrão. Segue abaixo o exercício:

1. Leia estes versos de uma canção:

“A gente não sabemos escolher presidente
A gente não sabemos tomar conta da gente
A gente somos inútil” (Roger Rocha Moreira).

- a) Há, nesses versos, uma concordância que foge às normas da variedade padrão. Identifique-a
- b) Ao fazer essa concordância, o autor utilizou uma figura de sintaxe. Qual é essa figura?
- c) Que relação há entre essa concordância e o sentido desses versos?

(CEREJA; MAGALHÃES, 2006, p. 128)

A extensão da primeira atividade garantiria uma reflexão importante acerca do uso desse tipo de concordância na sociedade. Importante é atentar-se à última questão da análise interpretativa. A música citada ganhou notoriedade a partir do ano de 1983, cantada pelo grupo *Ultraje a Rigor*. Em um contexto final de ditadura, a música foi uma forma de protesto em favor ao movimento *Diretas já*¹. A linguagem constituía a forma irônica de manifestar a visão política sobre os cidadãos. O manual do professor propõe a resposta a última questão: “Ao se fazer uma concordância que foge à variedade padrão, o autor ironicamente sugere e confirma nossa “incompetência” para cuidar de nós mesmos”. Não contextualizado o período, quem escreveu e a finalidade da música, a resposta pode alimentar o preconceito linguístico. Ao afirmar que a música confirma “nossa incompetência”, sugerida pelo uso da variante linguística popular, têm-se a ideia de que quem emprega esse tipo de variante não tem a capacidade de cuidar-se. A música tem um contexto específico de escrita, portanto, era necessário colocá-lo.

5.2 PORTUGUES: LEITURA, PRODUÇÃO E GRAMÁTICA

Há um espaço destinado à apresentação do LDP. São explanadas, resumidamente, a organização e a finalidade das abordagens feitas para o estudo da língua. Sarmiento (2009) destaca a importância de tornar o aprendizado um dos prazeres da vida e, portanto, fundamentou a produção do LDP na leitura e na interpretação de textos de diferentes gêneros e com diferentes temáticas. É afirmado na apresentação ser o livro capaz de ajudar o aluno “a se apropriar dos saberes que podem favorecer sua integração com o mundo e as pessoas e, assim, produzir felicidade.”, (SARMENTO, 2009, p. 03). Acerca das atividades, segundo a apresentação do livro, são bastante diversificadas e suas propostas exploram a expressão escrita e oral. Houve uma preocupação na confecção do LDP em “estimular o interesse, o espírito crítico-reflexivo e a criatividade, a fim de colaborar para que o escrever, o falar e o ler tornem-se práticas maduras, adequadas ao contexto em que se realizam” (SARMENTO, 2009, p. 03). A integração comunicativa com o mundo e com as pessoas; a expressão oral; e a adequação contextual da prática de fala e escrita, se esperado que o aluno alcance de forma eficiente, são indissociáveis do estudo do fenômeno da variação linguística.

Entretanto, foram observados poucos espaços destinados ao estudo do fenômeno da variação. O mais eficiente aconteceu em uma seção específica intitulada *Variações linguísticas*. Nesta, têm-se uma sequência temática que respectivamente traz discussões a respeito da xenofobia, abordando o projeto de lei criado pelo deputado Aldo Rebelo²; acerca do espaço que palavras do mundo da tecnologia e informática ganham no vocabulário da ABL (Academia Brasileira de Letras); e sobre a mitologia do preconceito linguístico, com um texto do linguista Marcos Bagno. Logo após cada texto, é apresentado um questionário de análise interpretativa de modo a inferir discussões acerca dos temas propostos. É possível perceber uma progressão em andaime, de modo que o aprendizado de um texto auxilia no entendimento do outro. Segue abaixo a sequência temática e o questionário interpretativo:

Estrangeirismos

Caso queira aprofundar-se no estudo da variação linguística e preconceito, sugerimos a leitura de: BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999; _____. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007 e a consulta ao site do autor: <<http://www.marcosbagnos.com.br/index.htm>>.

1 Leia o texto a seguir.

Texto 1

Em defesa da língua

Pega fogo a polêmica em torno do projeto de lei que propõe o combate aos estrangeirismos no território nacional

Há muito tempo a língua portuguesa não ganhava um debate tão intenso quanto o detonado pelo projeto de lei do deputado Aldo Rebelo, combatendo os estrangeirismos — mania de se utilizar palavras e expressões em outras línguas (particularmente o inglês), que se tornaram comuns na paisagem urbana brasileira. O texto da lei tanto prevê estímulo a programas educacionais quanto punições. E é a convivência destas duas faces que assusta e provoca polêmica. Até porque todos concordam que fica difícil condenar ações que protejam e promovam a língua portuguesa. [...]

“O espírito da lei é o da promoção da língua portuguesa”, explica Aldo Rebelo. Trata-se, como ele argumenta, de regulamentar o artigo 13 da Constituição Brasileira, que coloca a língua como símbolo nacional e elemento de identidade mais importante do que a bandeira nacional. [...]

SEBASTIÃO, Walter. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 abr. 2001. (Fragmento).



As placas com palavras em inglês são comuns nas ruas de muitas cidades brasileiras. Foto tirada no ano de 2000.

2. Pesquise em uma gramática e explique o que representam os estrangeirismos e por que eles são utilizados
3. A seu ver, há um emprego excessivo de estrangeirismos na língua portuguesa que justifique a criação de um projeto de lei proibindo o excesso e até punindo os infratores? Esclareça sua resposta

4. Você considera a língua portuguesa um símbolo nacional, motivo de orgulho para nós, brasileiros? Por quê?

2 Leia outro texto que aborda o emprego de estrangeirismos na língua portuguesa.

Texto 2



What *língua* is this?



Micrês ganha espaço no vocabulário da ABL

Há duas semanas, a Academia Brasileira de Letras incorporou ao *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa* cerca de 6 mil vocábulos brasileiros. Muitas dessas palavras saíram do mundo da tecnologia e da informática, ciência (ou arte?) que cresce muito nos últimos anos e, naturalmente, tende a deixar suas marcas na língua-pátria, por qualquer ramo de atividade e onde quer que passe — vale dizer: o mundo todo.

Estava mesmo na hora de adotar definitivamente esses estrangeirismos? Ou será que não? Para variar, e como em tudo que envolve esse bem comum chamado língua portuguesa, há controvérsias. De um lado, há quem peça paciência, ou seja, que o uso comum trate de aportuguesar (ou abrasileirar) os termos. E há quem defenda a in-

corporação pura e simples da língua inglesa — queiramos ou não, a mãe da língua micreira. Aliás, será que vale mesmo “macular” a língua-mãe com termos alienígenas como *software*? Ou seria melhor usar logiciário? Até mesmo a comunidade micreira tem suas razões. [...]

Esse processo lembra o que ocorreu por aqui com o futebol, no início do século. Não havia goleiro nem centroavante ou zagueiro. Eram *goal keeper*, *center forward* e *back*.

O uso frequente tratou de aportuguesar — abrasileirar — as formas originais.

O Globo, Rio de Janeiro, 21 ago. 1998.
(Fragmento adaptado).



- a) O que o título do texto, “*What língua is this?*”, sugere, e qual a relação que tem com o próprio texto?
- b) Veja.
- “Aliás, será que vale mesmo ‘macular’ a língua-mãe com termos alienígenas como *software*? Ou seria melhor usar logiciário?”
- *Macular* significa “Manchar, sujar”; por que o autor usou aspas nessa palavra? Pesquise os significados de *software* e logiciário; o que o autor quis dizer com essas indagações?
- c) Qual é a sua opinião sobre o emprego de termos aportuguesados ou abrasileirados na língua portuguesa?
- d) No caderno, substitua as palavras estrangeiras abaixo pelas formas aportuguesadas e explique sua origem. Consulte uma gramática, se for necessário.

<i>Boutique</i>	<i>lasagnaabat-jour</i>	<i>sandwich</i>	<i>stress</i>
<i>boite</i>	<i>hamburger</i>	<i>toilette</i>	<i>ping-pong</i>
			<i>chic</i>

- 3 Veja, no texto a seguir, como o autor se posiciona de modo diferente, denunciando o preconceito linguístico existente em quem defende a “pureza” do idioma.

Texto 3

A mitologia do preconceito linguístico

[...] E da mesma forma como [Arnaldo] Niskier lamenta a “invasão” dos anglicismos, [Cândido de] Figueiredo diz que “o enxerto da francesia [do galicismo] frutificou com [...] exuberância”, classificando de “malária” o uso de

palavras estrangeiras. E se quiséssemos recuar ainda mais no tempo, não teríamos dificuldades em encontrar outros autores vociferando contra a “ruína” da língua portuguesa e profetizando o “fim” dela.



Felizmente, nenhuma dessas profecias se concretizou. Os galicismos, na passagem do século XIX para o XX, e os anglicismos, na virada do terceiro milênio, não têm a força destruidora tão temida pelos puristas e conservadores. A língua portuguesa, nesses noventa e cinco anos, se manteve muito bem, obrigada, falada e escrita por cada vez mais gente, produziu uma literatura reconhecida mundialmente, é propagada também em nível internacional pelo grande prestígio de que goza a música popular brasileira – entre tantas outras

provas de sua vitalidade. E a avalanche (ai, um galicismo!) de palavras estrangeiras tem de ser analisada sob a perspectiva da dependência político-econômica (e conseqüentemente cultural) do Brasil (e de Portugal) para com os centros mundiais de poder. Não adianta bradar contra a “invasão” de palavras na língua portuguesa sem analisar essa dependência. É querer eliminar os efeitos sem atacar as verdadeiras causas. [...]

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 22-23.

Explicar aos alunos que os noventa e cinco anos citados no texto referem-se ao tempo decorrido entre as publicações dos textos “puristas” de Figueiredo (1903) e de Niskier (1998).



- a) Localize no texto uma ideia que negue a influência nefasta dos estrangeirismos em nossa língua.
- b) Como se posicionam os autores dos três textos lidos? Extraia dos textos frases que comprovem sua resposta
- c) Interprete, em seu caderno, a última frase do texto de Marcos Bagno: “É querer eliminar os efeitos sem atacar as verdadeiras causas...”
- d) Como se explica a fácil aceitação do idioma inglês na língua portuguesa?
- e) Na sua opinião, o uso equilibrado de estrangeirismos na língua portuguesa torna o nosso idioma mais expressivo e comunicativo, enriquecendo o vocábulo com um maior número de palavras? Justifique sua resposta.
- f) Escreva em seu caderno alguns exemplos de estrangeirismos usados no dia a dia.

(SARMENTO, 2009, p. 65)

O espaço destinado à reflexão do uso da variação linguística da Língua Portuguesa, se explorado devidamente conforme o LDP infere no MP, é extremamente proveitoso ao conhecimento de língua do aluno. Ao trazer reflexões sobre a aquisição de vocábulos de termos advindos do estrangeiro ou da tecnologia computadorizada, é desmitificado a ideia estagnada que sem tem de língua. O aluno irá perceber que a língua é um processo de constante evolução e que seu caráter dinâmico e vivo permite uma abrangência na comunicação. Questões que propõem ao aluno uma reflexão do *por que* do uso de vocábulos estrangeiros são amplamente eficientes, fazem com que percebam que a importação é uma necessidade comunicativa. A defesa do uso de estrangeirismos embasada na inserção da Língua Portuguesa no contexto político-econômico mundial, presente no texto *A mitologia do preconceito linguístico*, expõe ao aluno a relação de língua e poder. Ao afirmar que se precisa conservar a língua como “*símbolo nacional*”, conforme inferido o texto I, é importante que o aluno saiba que permitir a aquisição de elementos estrangeiros à língua não a fará perder sua importância para a nação brasileira, trata-se apenas, de um processo natural de toda língua. Portanto é preciso que o professor alerte-se quanto ao exercício de número quatro, lembre-se que a língua constitui um símbolo por permitir a comunicação entre os cidadãos brasileiros e não por apresentar um caráter imutável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs uma análise de dois livros didáticos de Língua Portuguesa atuantes no contexto escolar do Distrito Federal. Houve uma interpretação de como e em que momentos a variação linguística é levada pelo LDP ao contexto de sala de aula. Foi possível perceber discussões acerca do fenômeno da variação linguística em ambos os LDP analisados. No *Português: Linguagens*, de Willian Roberto Cereja e Tereza Cochar Magalhães, tiveram-se três abordagens mais detalhadas e vieram com análises de interpretação de textos. No LDP *Português: leitura produção e gramática*, houve um espaço exclusivo à abordagem do conteúdo.

Entretanto, foi possível perceber com as análises interpretativas, que embora avaliados nos critérios do PNLD, os livros carecem de uma discussão maior e mais contextualizada do fenômeno de variação linguística. Existiram espaços que o termo “variação linguística” foi empregado como pretexto à conceitualização de gêneros.

A única abordagem completa foi a realizada pelo livro *Português: leitura, produção e gramática*, permite reflexões significativas do uso da língua, mas é restrita à apenas um momento durante todo o conteúdo programático do ano letivo.

É preciso que professores e estudiosos dêem mais espaço e valor a discussões sobre o fenômeno, por é uma forma de aperfeiçoar o ensino de Língua Portuguesa que ainda não adquiriu a eficiência esperada.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. 51 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

BECHARA. Evanildo. *Ensino da Gramática. Liberdade? Opressão?* 2 ed. Rio de Janeiro: Ática, 1986.

BRASIL, MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio – Linguagens Códigos e suas Tecnologias*. Brasília: MEC/SEF, 1996

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa, 5ª a 8ª séries*. Brasília: MEC/SEF, 2005

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental - Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CEREJA, Willian Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: Linguagens*. 3 ed. São Paulo: Atual, 2006

CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. 4 ed. Universidade da Califórnia: Mouton, 1957.

CRYSTAL, David. *O que é Lingüística*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1981.

DIONÍSIO, Angela P. *Variiedades Linguísticas: Avanços e Entraves*. In: *O Livro Didático de Português: múltiplos olhares*. Org DIONÍSIO, A. P; BEZERRA, M. A. 3. Ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Bookman/Artimed, 2007

LAPLANE, A. F. Notas Para uma Análise dos Discursos Sobre Inclusão Escolar. In: GÓES, M.C; LAPLANE, A. F. (Orgs.). Políticas e Práticas de Educação Inclusiva. São Paulo: Autores Associados, 2004.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005

MEDEIROS. Joao B. *Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas*. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PETTER, Margarida. *Linguagem, Língua, Lingüística*. In: *Introdução à Linguística I: Objetos Teóricos*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PNLD, MEC. *Guia de livros didáticos: PNLD 2011: Língua Portuguesa*. Brasília/SEB: 2010.

POSSENTI, Sírio. *Gramática e Política*. In. *O texto na sala de aula – leitura & produção*. Org GERALDI, J. W. 4 ed. Cascavél/PR: ASSOESTE; Campinas: UNICAMP, 1985.

_____ *Por Que (não) Ensinar Gramática na Escola*. São Paulo: Mercado das Letras, 1996.

RAMOS, Heloísa. *Por uma vida melhor*. Brasília: MEC, 2011.

SARMENTO, Leila Lauer. *Português: leitura, produção, gramática*. 3ed. São Paulo: Moderna, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 7.ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

SCHERRE, Maria M. P. *Doa-se Lindos Filhotes de Poodle: Variação Lingüística, Mídia e Preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005